

ATA DA REUNIÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO RPPS DE GUARATUBA

Aos dezessete dias do mês de agosto de dois mil e vinte e seis, reuniram-se os membros do Comitê de Investimentos do GUARAPREV, Emerson Machado, Gestor de Recursos e membro do Comitê de Investimentos, Eurides Moro e Matheus Zimmermann Freitas, membros do Comitê de Investimentos, para análise e deliberação acerca do cenário econômico, do desempenho da carteira de investimentos referente à competência de julho de 2026 e do respectivo Parecer Técnico do Comitê de Investimentos.

Inicialmente, foi apresentado o cenário econômico do mês de julho de 2026.

No âmbito internacional, destacou-se a retomada das tensões entre Estados Unidos e Irã, com novos ataques, redução do fluxo de navios pelo Estreito de Ormuz e elevação dos preços do petróleo, fatores que ampliaram as incertezas geopolíticas.

Nos Estados Unidos, a atividade econômica permaneceu resiliente, sustentada pelo crescimento do consumo e dos investimentos, pela estabilidade do mercado de trabalho e por sinais mais favoráveis relacionados à inflação. O Federal Reserve manteve a taxa de juros inalterada, embora parte de seus integrantes tenha defendido uma elevação de 0,25 ponto percentual.

Na Europa, o Banco Central Europeu também manteve os juros, enquanto a atividade econômica apresentou resultado acima do esperado e a inflação avançou de 2,8% para 2,9%.

Na China, o Politburo não anunciou novos estímulos, concentrando-se na execução das medidas fiscais já previstas para o exercício de 2026.

No cenário nacional, observou-se perda de dinamismo da atividade econômica ao longo do segundo trimestre, com dados de maio e junho abaixo das expectativas, embora a economia tenha encerrado o primeiro semestre crescendo em ritmo próximo ao seu potencial. O mercado de trabalho permaneceu relativamente equilibrado. No campo fiscal, o Governo Federal promoveu o desbloqueio de aproximadamente R\$ 6 bilhões em despesas, ao mesmo tempo em que a arrecadação continuou apresentando desempenho firme e os gastos registraram algumas surpresas favoráveis, aumentando a possibilidade de cumprimento da meta de resultado primário. Apesar disso, permaneceram as preocupações relacionadas à trajetória do déficit nominal e da dívida pública. A inflação apresentou resultados mais favoráveis, levando à redução da projeção do IPCA para 2026 no Boletim Focus, de 5,30% no início de julho para aproximadamente 5,0% ao final do mês.

Registrou-se, ainda, que não houve reunião do Comitê de Política Monetária – Copom durante o mês de julho.

Na sequência, foram apresentados os resultados da carteira de investimentos do GUARAPREV na competência de julho de 2026. A carteira permaneceu majoritariamente alocada em renda fixa, segmento que representava 97,65% dos recursos investidos, enquanto a renda variável correspondia a 2,35%. Os investimentos em renda fixa registraram retorno positivo de 0,94%, equivalente a R\$ 1.121.449,82, e os investimentos em renda variável apresentaram retorno positivo de 0,08%, correspondente a R\$ 2.178,09.

No consolidado, a carteira alcançou rentabilidade positiva de 0,92% no mês, equivalente a R\$ 1.123.627,91. No acumulado de 2026, a rentabilidade atingiu 7,52%, superando a meta atuarial de IPCA acrescido de 5,68% ao ano, que totalizou 6,78% no mesmo período. O patrimônio líquido do GUARAPREV passou de R\$ 121.790.396,55 no mês anterior para R\$ 122.076.608,61 ao final de julho. Durante o período, foram realizadas aplicações no montante de R\$ 15.652.124,95 e resgates no valor de R\$ 16.545.576,82, concentrados no segmento de renda fixa. Também foram analisados os indicadores de risco da carteira, tendo sido registrado VaR consolidado de 0,25%, VaR de 0,03% para a renda fixa e de 9,16% para a renda variável.

O indicador da renda fixa mostrou-se compatível com os parâmetros estabelecidos na Política Anual de Investimentos de 2026, enquanto o resultado da renda variável evidenciou maior exposição à volatilidade, devendo permanecer sob acompanhamento específico e contínuo.

Quanto à liquidez, verificou-se que 94,09% da carteira possuía disponibilidade imediata, percentual considerado adequado para auxiliar no cumprimento das obrigações previdenciárias, sem prejuízo do acompanhamento individual dos fundos estruturados, dos ativos de crédito privado e das posições com restrições de resgate. Diante do cenário econômico e do atual patamar elevado da taxa Selic, o consultor de investimentos sugeriu a manutenção do portfólio, considerando que a predominância de ativos de renda fixa permanece adequada ao perfil do GUARAPREV e permite a obtenção de retornos consistentes, com menor necessidade de assumir riscos adicionais. Ressaltou-se que o ambiente ainda recomenda prudência, especialmente diante das incertezas fiscais, inflacionárias e geopolíticas, não se mostrando conveniente ampliar, neste momento, a exposição a ativos mais voláteis ou de maior risco.

Em seguida, foi apresentado e apreciado o Parecer Técnico do Comitê de Investimentos referente à competência de julho de 2026, elaborado com base no relatório analítico da carteira, no balanço orçamentário, nas informações disponibilizadas pela consultoria,

nos documentos relativos aos fundos de investimento e nos demais elementos integrantes do processo de acompanhamento dos recursos do GUARAPREV. O parecer abordou o desempenho da carteira, a evolução patrimonial, os riscos de mercado, crédito e liquidez, as movimentações financeiras, os processos de credenciamento e as situações de desenquadramento passivo decorrentes da Resolução CMN nº 5.272/2025.

Ficou registrado que o Plano de Contingência para o reenquadramento da carteira deverá continuar sendo executado de forma gradual e planejada, mediante vedação de novos aportes nos ativos desenquadrados, realização de resgates programados nos fundos que possuam liquidez, manutenção dos ativos ilíquidos até sua liquidação ou vencimento e realocação dos recursos em ativos permitidos pelo art. 7º, inciso I, da referida Resolução, sempre observando a segurança, a liquidez, a rentabilidade e a preservação do patrimônio previdenciário.

Durante a apresentação do parecer, foi objeto de especial discussão a situação do LME REC MULTISSETORIAL IPCA - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, CNPJ nº 12.440.789/0001-80. Conforme Fato Relevante divulgado pela administradora, a carteira do fundo foi reavaliada com posição de 30 de junho de 2026, resultando em variação negativa de 37,86% na precificação das cotas. Esclareceu-se que a reprecificação decorreu da adoção do valor de liquidação forçada das garantias e, principalmente, do aumento da Provisão para Devedores Duvidosos – PDD incidente sobre a CCB Somopar, de 70% para 77%, e sobre a CCB CKBV, de 25% para 47%. Foi explicado que o aumento da PDD representa uma redução da expectativa de recuperação dos valores vinculados a esses direitos creditórios, evidenciando agravamento concreto do risco de crédito do fundo e não uma simples oscilação ordinária de mercado. No mês, o investimento apresentou resultado negativo de R\$ 156.521,28, correspondente a uma perda de 38,75%, permanecendo a posição do GUARAPREV na classe Sênior 1 com saldo de R\$ 247.370,33, equivalente a aproximadamente 0,20% do patrimônio líquido do RPPS, e prazo de resgate indicado em D+1260.

Embora a participação reduzida limite o impacto sobre o resultado consolidado da carteira, os membros destacaram que a perda individual, a baixa liquidez e a incerteza quanto à recuperação dos créditos exigem acompanhamento técnico e documental reforçado. Dessa forma, foi recomendada a manutenção da vedação de novos aportes no fundo, bem como a solicitação formal à administradora e aos demais prestadores de serviços da memória de cálculo da nova precificação, dos fundamentos e documentos relacionados à PDD, da avaliação atualizada das garantias, do estágio das medidas de cobrança das CCBs Somopar e CKBV, da expectativa e do cronograma de recuperação dos créditos e dos impactos específicos sobre a classe Sênior 1 detida pelo GUARAPREV.

Deliberou-se, ainda, pelo acompanhamento permanente das demonstrações financeiras, relatórios, assembleias de cotistas e novos fatos relevantes, com reavaliação periódica da perda esperada e registro das providências adotadas nos pareceres, atas e relatórios de governança.

Após as análises e discussões, o Parecer Técnico do Comitê de Investimentos referente ao mês de julho de 2026 foi aprovado, com ressalva expressa quanto ao agravamento do risco de crédito e à liquidez restrita do LME REC MULTISETORIAL IPCA FIDC, ficando recomendado seu encaminhamento ao Conselho Deliberativo para apreciação e deliberação e ao Conselho Fiscal para acompanhamento e controle.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada, sendo lavrada a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada pelos membros presentes.

Assinaturas:

Comitê De Investimentos	CPF	Assinaturas
Emerson Cesar Machado (Gestor De Recursos)	XXX.XXX.XXX-X	
Eurides Moro	XXX.XXX.XXX-X	
MATHEUS ZIMMERMANN FREITAS	XXX.XXX.XXX-X	
Pery de Oliveira (CONSULTOR)	XXX.XXX.XXX-X	